



192

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: Nº0001597-68.2014.8.17.0000(0327211-3)
COMARCA: SERRA TALHADA
VARA: VARA CRIMINAL
RECORRENTE: SEBASTIÃO TAVARES DE LIMA
ADVOGADA: JOSENILDA MARIA DE SOUZA AGUIAR
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA DEMONSTRADOS. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DAS HIPÓTESES DO ART. 415, DO CPP. DECISÃO CONFIRMADA. RECURSO NÃO PROVIDO DE FORMA UNÍSSONA.

1. Estando comprovada a materialidade do fato e os indícios de autoria pelos depoimentos das testemunhas de acusação, a pronúncia do acusado é medida que se impõe.
2. Absolver o Recorrente, pelo menos nesse momento processual, afigura-se prematuro, com registro de que nessa fase a dúvida milita em favor da sociedade, ao passo que não está provado nos autos nenhuma das hipóteses do art. 415, do CPP.
3. A presença de dúvidas razoáveis quanto às linhas de argumentação traçadas entre a acusação e a defesa, ao contrário do que sustenta o Recorrente, devem, por ordem constitucional, ser dirimida pelo Tribunal do Júri, órgão competente para julgar o mérito das ações que versam sobre os crimes dolosos contra a vida.
4. Recurso não provido. Decisão unânime.



893

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

ACÓRDÃO

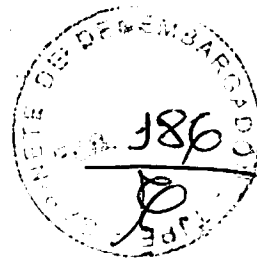
Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Recurso em Sentido Estrito nº 0327211-3**, no qual figuram como partes: **Sebastião Tavares de Lima** e o **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 18.06.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal



RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: Nº0001597-68.2014.8.17.0000(0327211-3)
COMARCA: SERRA TALHADA
VARA: VARA CRIMINAL
RECORRENTE: SEBASTIÃO TAVARES DE LIMA
ADVOGADA: JOSENILDA MARIA DE SOUZA AGUIAR
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de recurso em sentido estrito interposto pela defesa de **Sebastião Tavares de Lima**, em face da decisão proferida, às **fls. 141/142**, pelo qual foi pronunciado como incurso nas penas do art. 121, § 2º, incisos I e IV, do Código Penal, c/c art. 1º, inciso I, da Lei nº 8072/1990.

Em suas razões recursais de **fls. 157/160**, pugna a defesa pela absolvição sumária do Recorrente com fundamento no art. 415¹, inciso IV, do CPP, ao argumento de que o acusado não praticou o delito e que as provas colhidas nos autos não autorizam uma condenação criminal.

Em sede de contrarrazões, **fls. 162/166**, o Ministério Público Estadual requer o não provimento do recurso com a manutenção da decisão de pronúncia, em todos os seus termos.

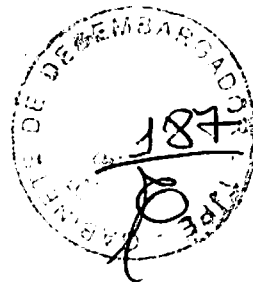
Despacho de sustentação da pronúncia exarado às **fls. 168**.

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça, às **fls. 179/183**, opinou no sentido de ser negado provimento ao presente recurso, mantendo-se a pronúncia.

¹ Art. 415. O juiz, fundamentadamente, absolverá desde logo o acusado, quando:
IV – demonstrada causa de isenção de pena ou de exclusão do crime.



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**



Por fim, consta dos autos que o acusado responde ao processo em liberdade (fl.142).

Em seguida, vieram-me os autos conclusos para julgamento.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife,

03.06.2014

Cláudio
Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



199

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO: Nº0001597-68.2014.8.17.0000(0327211-3)
COMARCA: SERRA TALHADA
VARA: VARA CRIMINAL
RECORRENTE: SEBASTIÃO TAVARES DE LIMA
ADVOGADA: JOSENILDA MARIA DE SOUZA AGUIAR
RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
PROCURADORA: DRA. LAÍSE TARCILA ROSA DE QUEIROZ
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL

VOTO

Como relatado, pretende o acusado sua absolvição ao argumento de que a decisão de pronúncia encontra-se totalmente dissociada do conjunto probatório aduzido, vez que não praticou o delito. Alega ainda, que o decreto condenatório só é possível quando firmado em provas robustas e inequívocas.

Narra a inicial, que no dia 28/04/1999, por volta das 08:30 horas, na Rua do Sol, Bairro do Alto do Bom Jesus, no Município de Serra Talhada/PE, Francisco de Assis Tavares, Reginaldo Tavares de Lima e Sebastião Tavares de Lima, munidos de arma de fogo, em união de desígnios e com *animus necandi*, invadiram a residência onde a vítima se encontrava e efetuaram vários disparos de arma de fogo que causaram a morte de Ângelo José de Lima.

Informa ainda a denúncia, que Moizes Tavares de Lima, genitor dos acusados, foi o mandante do crime.

Consta também que o crime foi praticado por motivo torpe, uma vez que os acusados procuravam se vingar de desentendimento anterior com a vítima, que nem sequer teve possibilidade de se defender.

Pois bem.

CT



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

995

Nos termos da legislação processual penal, a decisão de pronúncia é um mero juízo de admissibilidade da acusação de crimes dolosos contra vida, para posterior julgamento pelo Tribunal do Júri, juiz natural da causa.

Para pronúncia, basta o juiz se convencer da existência do crime e de indícios de que o réu seja o autor, apresentando as razões do seu convencimento.

No presente caso, a materialidade delitiva vem comprovada pelo Auto de Exame Cadavérico de **fl. 09**.

Quanto aos indícios de autoria, necessários à pronúncia, os mesmos podem ser imputados ao Recorrente **Sebastião Tavares de Lima**, consoante se infere dos depoimentos da testemunha presencial **Maria José de Lima** e das demais testemunhas **Maria Alves Pereira** e **João José de Lima**, todas ouvidas em Juízo.

Para melhor análise dos fatos, trago à colação os seguintes trechos dos depoimentos acima mencionados:

*"(...) que quando abriu a porta avistou logo Francisco dizendo: "te ajeita Ângelo para morrer", que recuou junto com Ângelo, que tentou fechar o portão da garagem; (...) que Francisco chegou a atirar dentro da sua casa, mas não acertou nenhum tiro; que Ângelo saiu para fora e Francisco atrás; **que o primeiro tiro que foi acertado na vítima foi efetuado por Sebastião que estava na esquina esperando por Ângelo; (...).**"* Depoimento prestado por Maria José de Lima, à **fl.126**.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal

196

*"(...) que quem invadiu a casa de sua filha Maria José para matar Ângelo foi Sebastião e Francisco; (...)." Depoimento prestado por **Maria Alves Pereira**, à fl. 125.*

*"(...) que seu filho estava na casa de sua irmã e Francisco chegou a procura dele armado; que a vítima conseguiu se livrar dos tiros que Francisco efetuou dentro da casa [sic] de sua irmã e ao sair da casa Sebastião atingiu ele com um tiro; (...)." Depoimento prestado por **João José de Lima**, à fl. 127.*

Em que pese a negativa de autoria e ainda a alegada fragilidade do conjunto probatório apresentado, sustentados pela defesa do Recorrente, existem nos autos, como já demonstrado acima, indícios suficientes que apontam ser este um dos prováveis autores do crime de homicídio em comento, salientando que nesta fase do procedimento não há a mesma exigência de prova cabal da autoria, como ocorre no encerramento do *iudicium accusationis* perante o M.M Juiz Singular, somente se exige que estejam demonstrados vestígios de autoria, o que, efetivamente ocorreu no feito, os quais restaram atribuídos ao Recorrente.

Além disso, para que haja absolvição sumária nessa fase do procedimento é necessária a comprovação indubitosa de uma das hipóteses do art. 415, do CPP, o que não se vislumbra no caso concreto onde a existência do crime está comprovada e há indícios suficientes da autoria imputada ao Recorrente, com se extrai dos excertos supra, enquanto não foram constatadas excludentes de pena ou de ilicitude.

Assim, absolver o Recorrente, pelo menos neste momento processual, afigura-se prematuro, com registro de que nesta fase a

5



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Terceira Câmara Criminal**

eventual dúvida milita em favor da sociedade, onde tem prevalência o princípio *in dubio pro societate* e não *in dubio pro reo*.


A propósito, confira-se:

"(...) II- A pronúncia é decisão interlocutória mista, que julga admissível a acusação, remetendo o caso à apreciação do Tribunal do Júri. Encerra, portanto, simples juízo de admissibilidade da acusação, não se exigindo a certeza da autoria do crime, mas apenas a existência de indícios suficientes e prova da materialidade, imperando, nessa fase final da formação da culpa, o brocardo in dubio pro societate. (AgRg no AREsp 305.267/BA, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 06/05/2014, DJe 12/05/2014).

Irreparável, portanto, o entendimento firmado na decisão combatida, que ao vislumbrar elementos mínimos de autoria e materialidade delitiva, encaminhou a solução da controvérsia à Corte Popular.

Com esses fundamentos, **voto para negar provimento ao Recurso.**

Recife, 18.06.2014


**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator**